



Município de Chapecó
Secretaria de Saúde
Conselho Municipal de Saúde



Ofício Circular CMS nº 002/2020

Chapecó - SC, 26 de outubro de 2020.

Aos

Candidatos e candidatas à Prefeitura Municipal de Chapecó

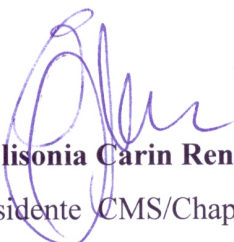
Prezados (as) Senhores (as)

Vimos por meio deste encaminhar a **“Carta da Saúde Pública à População e aos Candidatos e Candidatas às Eleições Municipais no Brasil”** que foi aprovada por unanimidade em plenária ordinária do Conselho Municipal de Saúde na data de 19 de outubro de 2020.

Salientamos que o Conselho Municipal de Saúde, através do controle social, reafirma seu compromisso com os princípios da Constituição de 1988, que determina: “A saúde é um direito de todos e dever do Estado”.

Através desta carta propositiva solicitamos compromisso dos candidatos e candidatas às eleições deste ano para a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) com um comprometimento real com as seguintes pautas: Promover saúde defendendo financiamento adequado e suficiente; Promover a saúde das(os) trabalhadoras(es) do SUS; Promover as redes de saúde, a ação interfederativa e a gestão pública; Promover a equidade e intersetorialidade; Promover a participação e o controle social; Promover a Saúde das Mulheres; Promover e consolidar o SUS.

Atenciosamente,



Elisionia Carin Renk
Presidente CMS/Chapecó



CARTA DA SAÚDE PÚBLICA À POPULAÇÃO E AOS CANDIDATOS E CANDIDATAS ÀS ELEIÇÕES MUNICIPAIS NO BRASIL

Chapecó, 19 de outubro de 2020.

Candidatas e candidatos às prefeituras e aos cargos de vereador(a),

A cidade é a base do SUS inclusivo e de qualidade

O Conselho Municipal de Saúde (CMS), expressão da Democracia Participativa, é parte estruturante do Sistema Único de Saúde (SUS) e apresenta aqui seu compromisso com os princípios da Constituição de 1988, que determina: “A saúde é um direito de todos e dever do Estado”. Por isso, esta carta traz a consolidação do SUS como eixo central das eleições municipais de 2020. A seguir, um conjunto de propostas e orientações aos elegíveis. Bem como subsídios para que a população só dedique seu voto aos que tiverem comprometimento real com as pautas que seguem adiante.

1. Promover saúde defendendo financiamento adequado e suficiente

As dificuldades no financiamento dos serviços alertam para a necessidade de colocarmos fim à Emenda Constitucional 95/2016, que impôs o “Teto de Gastos” e congelou os investimentos em políticas sociais até 2036. Isso agrava a qualidade dos serviços municipais. É urgente que o Supremo Tribunal Federal (STF) declare a inconstitucionalidade dessa “Emenda da Morte” e que o Congresso Nacional faça o mesmo para garantir a gestão municipal com as condições adequadas. Assim, conclamamos as(os) elegíveis a inserirem, em seus Programas de Governo, posicionamento contrário à EC 95, bem como a luta pela aprovação do Piso Emergencial da Covid-19, no valor de R\$ 35 bilhões, no Orçamento Federal da Saúde em 2021.

2. Promover a saúde das(os) trabalhadoras(es) do SUS

A força de trabalho do SUS demonstrou ainda mais sua potência no atendimento à população diante da pandemia de Covid-19, com ações de promoção, proteção, prevenção e recuperação da saúde. No entanto, a precarização das relações de trabalho prejudica as redes de saúde e afeta a continuidade dos serviços. Assim, conclamamos as(os) elegíveis a assumirem como prioridade a promoção de condições adequadas de trabalho, promovendo concursos públicos e Planos de Cargos Carreira e Salários, além de educação continuada e democratização das relações trabalhistas. Prioritariamente o futuro Secretário de Saúde seja um profissional técnico concursado.

3. Promover as redes de saúde, a ação interfederativa e a gestão pública

O comando do SUS é de responsabilidade do município. É a partir da realidade local que se deve definir e desenvolver as prioridades das ações. Todos os municípios contam com a atenção primária em saúde, a partir da Estratégia de Saúde da Família e do Programa de Agentes Comunitários de Saúde. Essa é a porta de entrada do SUS. Porém, nem todas as cidades têm a mesma capacidade de oferta de serviços de saúde de média e alta complexidade. Por isso, os municípios devem se articular com outros municípios nas 438 regiões de saúde, com apoio técnico e financeiro dos governos estaduais e da União. É essencial que a gestão municipal participe dos Conselhos de Secretários Municipais de Saúde (Cosems) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), compondo também as Comissões Intergestoras regionais, estaduais e federal. Portanto, é urgente valorizar e recuperar a gestão pública do SUS e construir

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Multiple handwritten signatures and initials



processos de transição que retirem as Organizações Sociais (OS) do gerenciamento de serviços de saúde. *Assim, conclamamos que as(os) futura(os) secretárias(os) municipais de saúde sejam comprometidas(os) com o SUS e tenham experiência em gestão pública para dirigir os processos de Planejamento de Ações e Metas da Saúde, com base nas necessidades da cidade, em articulação interfederativa e com participação social.*

4. Promover a equidade e intersetorialidade

O SUS deve ser sustentado na democracia, liberdade, soberania e no desenvolvimento econômico e ambiental sustentável. É preciso reconhecer o quadro nacional de iniquidades e como isso impacta as cidades. As(Os) elegíveis devem reconhecer as diversidades locais para promover a equidade e enfrentar as desigualdades sociais impostas às populações indígenas; negras; quilombolas; ribeirinhas; Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti, Transexual, Intersexo (LGBTI+); urbanas, do campo, das águas e das florestas; pessoas com deficiência ou com doenças crônicas e patologias; em situação de rua e demais populações em vulnerabilidade ou exclusão social. *Assim, conclamamos os(as) elegíveis a incluírem em seus Programas de Governo as ações de promoção de equidade e intersetorialidade.*

5. Promover a participação e o controle social

A sociedade é a força viva do SUS, que reafirmou seu compromisso com a saúde pública na 16ª Conferência Nacional de Saúde (8ª+8), em agosto de 2019, e definiu as diretrizes para o Plano Nacional de Saúde 2020/2023. O controle social do SUS reúne mais de 100 mil conselheiros(as) de saúde, que representam usuárias(os), gestoras(es), trabalhadoras(es) de saúde e prestadoras(es) de serviços que atuam na formulação, fiscalização e deliberação das políticas de saúde, de acordo com as Leis nº 8.142/1990 e nº 141/2012. Esse exército de defensores do SUS compõe a Rede de Conselhos do SUS, presente em todos os municípios brasileiros. *Assim, conclamamos as(os) elegíveis a assumirem o compromisso concreto com a superação dos desafios do SUS, junto à sociedade e aos conselhos de saúde, respeitando as deliberações de Conselhos e Conferências.*

6. Promover a Saúde das Mulheres

Vivemos em uma sociedade patriarcal, que submete as mulheres a contextos de vulnerabilidades, desigualdades, opressões em diferentes âmbitos e ao feminicídio. A Política Nacional de Saúde das Mulheres é um documento histórico, norteador das ações do Ministério da Saúde, voltadas para a atenção às mulheres em todas as idades, de forma integral. A saúde especializada, atendendo e respeitando as especificidades das mulheres no Brasil, deve ser implementada em todas as cidades. *Assim, conclamamos que as(os) elegíveis defendam a política de direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, o acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva e a todo o processo da gravidez e puerpério, além do funcionamento efetivo do SUS na rede de proteção à mulher vítima de violência física e sexual, bem como punição efetiva aos agressores.*

7. Promover e consolidar o SUS. Salvar Vidas.

Para salvar vidas, é essencial o posicionamento contrário às Reformas da Previdência e Trabalhista, que já estão aprovadas e fragilizaram a vida em sociedade. É preciso impedir agora a Reforma Administrativa e Reforma Tributária que estão em curso. Projetos sem conexão e empatia com a qualidade de vida da população. A responsabilidade fiscal e administrativa deve prever uma Reforma Tributária Justa e Redistributiva. O compromisso

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

Multiple handwritten signatures in blue ink, including names like 'Jairo Leiro' and 'Alliani'.



das(os) elegíveis com o Direito à Saúde dá-se principalmente por meio da adoção de medidas fiscais, econômicas e sanitárias que reduzam os impactos de doenças e agravos, representando menos sofrimento e mortes. O posicionamento político das(os) futuras(os) prefeitas(os) e vereadoras(es) é decisivo para a sobrevivência do SUS. Assim, o CMS conclama as(os) elegíveis a se comprometerem com o SUS, ainda mais neste momento de desfinanciamento em meio a uma pandemia, que vem mudando a história da humanidade. Os impactos desta situação ainda serão descobertos e os cuidados com a saúde passam por valorizar o SUS e proteger a vida.

**| NOSSO VOTO É PARA CANDIDATAS(OS) COMPROMETIDAS(OS) COM O FORTALECIMENTO DO SUS E COM A DEFESA DA VIDA DE TODAS AS PESSOAS NOS TERRITÓRIOS;
| VIDAS VALEM MAIS.**

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHAPECÓ.

Tania de Filippin
M. Bittercourt
Jussara dos Reis
Udo Roberto S. Flores
Geisa S. de Almeida
André João Tebeken
Nair dos Passos
Roseli T.M. Santander
Tatiana Mara L. Bregal
Johimivaldo de Oliveira
GILBERTO J. MARIO
Roselide F.Z. Silva
Isaac de Oliveira Filho
Sandra Ap. Rocha da Maia
Ricardo Madrugano
Samuel Spingelberg Zuge
Elisavete Pereira

opdB
Bulff
João
Mariano
Rafael
Tatiana Bregal
Mário
Adriano
Cláudio Rodrigues

Samuel
BR



MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE



Entidades	Conselheiros
SINTIPAV	Izelda T. Oro - Titular Jociane Vassoler Biessek - Suplente
SITICOM	Elisônia Renk - Titular
SINTESC	Naim Martins Moreira Floriano - titular Marlene da Luz - suplente
Conselho Com. Sta. Maria	Harri W. Hubner - Titular Disney N.Souza - Suplente
Associação M. do Distrito Mal. Bormann	Maria de Lourdes R. Muller - Titular Rosalina Dal Pizzol - Suplente
Conselho Com.dos Bairros Saic e Jardim Itália	Sandra Ap. R. Maia - Titular Reani M.Lorenzetti - Suplente
Pastoral da Saúde	Ines Carniel Reginatto - Titular Diversina Saete Bolsoni - Suplente
ASUCAPS	Nara S. G. Dadalt - Titular
NAVIC	Sergio Bittencourt - Suplente
ADHI – Assoc. Diabéticos e Hipertensos	Edir Santo Damo - Titular
ASAPREV	Edir L. Seben - Suplente
ADEVOSC	Odete Rizzi Orsolin- Titular
FCD	Paulo C. Martins - Suplente
SINDICONT	Andre J.Telocken - Titular
SINDIPLASC	Carlos Pasquali - Suplente
SITRAN	Rosecleide Fatima Zorzi - Titular
SIMEC	Magna Anzolin - SUPLENTE
SICOM	Ernani Zottis - Titular Luiz G. de Camargo - Suplente
GAPA	Roseli T. M. Santander - Titular Ricardo Malacarne - Suplente
CRF-SC	Tiago Zanella - Titular Rangeli Basso - Suplente
CRMV	PEDRO ROBERTO SILVA FLORES - TITULAR Fabiana Pesin - Suplente
COREN	Samuel Spiegelberg Zuge - Titular Adriana Remião Luzardo - Suplente
ABEN	Adriana C. Hilleshein - TITULAR Carine Vendruscolo - Suplente
ABO	Gilberto J. Mario – Titular Leocadia Pezzini - Suplente
CREFITO	Gabriel O. de Oliveira - Titular Claudia N. Rezer - Suplente
SITESSCH	MARIA SALETE CROSS - TITULAR Tania Chiomento Filippini - Suplente
Ass. Hosp.Lenoir Vargas Ferreira	Osmar A. de Oliveira - Titular
Cis-AMOSC	Geisa M de Oliveira - SUPLENTE
RFCC	Tanis M. Z. Legal – Titular
UFFS	Daniela S. Geremia - Suplente
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	Claudia Stakonski - Titular Gessiani Larentes -SUPLENTE Jeane C. M. de Oliveira - Titular Bruna Pellegrini - Suplente Michella Pertile - Titular Leandra O. Porto - SUPLENTE Maristela B. Santi - Titular Suzana I. Berlt - Suplente
MACRORREGIONAL DE SAÚDE	Rita Oltramari - Titular
SESAI	Cleusa Rodrigues - Suplente